

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 16956/2023

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços laboratoriais de exames de Citopatologia, Anatomia patológica, pesquisa de H. Pylori, Biopsias de útero e anexos e restos ovulares a fim de atender as necessidades dos usuários do SUS pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades e estimativas estabelecidas na Requisição de compras, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2 Requisitantes: Hospital Municipal Raul Sertã;
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;

1.3 Fundamentação legal: Pregão Eletrônico via registro de preços com base na Lei 10.520/2002 c/c 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4 Período: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.5 Tipo: Menor preço global, nos termos da Lei nº. 8666/93.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente as especificações e os respectivos quantitativos dos procedimentos à serem contratados:

CATSER	ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	U/C	HMRS	HMDMDC	QUANT.
--------	------	----------------------	-----	------	--------	--------

5487	1	PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM PEÇA CIRÚRGICA SIMPLES OU BIÓPSIA SIMPLES COM PESQUISA DE H. PYLORI INCLUSA	EXAME	2.000	-	2.000
8923	2	PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM PAINEL DE IMUNOHISTOQUÍMICA	EXAME	200	-	200
6742	3	PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO DE PEÇAS CIRÚRGICAS COMPLEXAS + ANEXOS	EXAME	1.000	-	1.000
5487	4	ÚTEROS E ANEXOS + PLACENTA E ANEXOS + RESTOS OVULARES	EXAME	200	700	900
5487	5	CITOLOGIA DE LÍQUIDOS / PAAF	EXAME	400	-	400
5487	6	FETO ATÉ 500 GRAMAS	EXAME	-	200	200

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação de serviços laboratoriais de exames de Anatomia Patológica, Citopatologia, pesquisa de H. Pylori, Biópsias de úteros e anexos, restos ovulares, placenta, feto, peças cirúrgicas simples e complexas e painel de Imunohistoquímica, são imprescindíveis por serem procedimentos fundamentais na determinação do diagnóstico e no tratamento dos pacientes, interferindo favoravelmente no prognóstico, possibilitando a redução do tempo de recuperação do assistido.

3.2. O Sistema Único de Saúde (SUS) é a denominação do sistema público de saúde brasileiro, foi instituído pela Carta magna de 1988, em seu art. 196, como forma de efetivar o mandamento constitucional do Direito à saúde como um "direito de todos" e "dever do estado" e está regulado pela Lei nº 8080/1990, a qual operacionaliza o atendimento público de saúde.

3.3. O Sistema Único de Saúde (SUS) possui o fito de alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, seja por meio dos serviços estatais prestados pelos três entes federativos, ou através dos serviços privados conveniados ou contratados como poder público.

3.4. Com o advento do SUS, a saúde passou a ser um direito fundamental do ser humano, de forma que toda a população brasileira passou a ter direito à saúde de forma universal e gratuita, com acesso igualitário.

3.5. É dever do Estado assegurar a todos os cidadãos, indistintamente, o direito à saúde, oferecendo aos que não possam arcar com o seu tratamento os meios necessários para tanto, conforme disciplinado pela Lei 8080/1990, *in verbis*:

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§1º O dever do estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

3.6. As Unidades de Saúde à serem contempladas com a presente contratação serão o Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e pacientes provenientes da Atenção Básica.

3.7. O Hospital Municipal Raul Sertã oferece um conjunto de procedimentos de média e de alta complexidade, que envolvem alta tecnologia e alto custo para a realização dos serviços de saúde ofertados pelo Sistema Único de Saúde, razão pela qual é de fundamental importância a manutenção da oferta de exames de Anatomia Patológica na determinação de diagnóstico e tratamento dos pacientes, o que explica a necessidade da aquisição de soluções tecnológicas de serviços laboratoriais envolvendo coleta e processamento e resultados de exames, de acordo com o grau de sua complexidade.

3.8. Conforme informado pelas Unidades Requisitantes às fls. 05 e 14, os parâmetros técnicos utilizados para demonstração do quantitativo para fins de pleitear a contratação

dos serviços foram obtidos a partir da série histórica dos procedimentos realizados, através de consulta do livro de registro de entrada de peças anatômicas de toda a rede municipal de saúde do Município, no período compreendido entre fevereiro a dezembro de 2022, juntamente com o processo administrativo nº 19348/2020 que atendeu de forma satisfatória toda a rede de Nova Friburgo. Impende registrar que o ano de 2020 e 2021 fora atípico, com a Pandemia da COVID 19 a quantidade de cirurgias foi diminuída devido os riscos para os pacientes. No ano de 2022 houve o retorno parcial das cirurgias eletivas, pois ainda há enfrentamento a pandemia da COVID 19. Em 4 meses já foram realizados 751 exames de anatomia patológica, mas os serviços não retornaram 100% ao normal devido a pandemia, pois ainda obtiveram altos índices de janeiro, maio e junho novamente. A estimativa é que no ano de 2024 mude esse cenário epidemiológico e as cirurgias eletivas aumentem, devido a grande fila de pacientes aguardando serem chamados pelo sistema de regulação. Importante ressaltar que, são atendidos os pacientes da regulação do Município de Nova Friburgo, bem como pacientes de outros municípios, sendo estes regulados pelo sistema SISREG para execução de exames de anatomia patológica.

3.9. Para fins de comprovação do quantitativo solicitado a Unidade Requisitante acostou aos autos planilhas demonstrativas com memória de cálculo referente ao período de janeiro à dezembro/2022 (fls. 10/11 e 19/22), bem como a Ata de Registro de Preços nº 013/2023 do Processo administrativo nº 17278/2022, último procedimento licitatório para a presente contratação (fls. 23/25).

3.10. Ademais, cabe ressaltar, que a rede pública de saúde do município não dispõe da estrutura necessária para executar os serviços laboratoriais de Anatomia Patológica e nem de profissionais especializados em quantidade suficiente para atendimento dos usuários dos serviços públicos, necessitando, desta feita, da contratação de serviços complementares do setor Privado, o que viabiliza a oferta de serviços laboratoriais especializados com qualidade, com os recursos necessários, em quantidades adequadas, no tempo correto, com o menor custo e maior controle de gastos, visando garantir a integralidade da assistência e o acesso da população aos serviços e ações de saúde, com base nas suas necessidades.

3.11. Desta forma, os serviços prestados por estes especialistas devem ocorrer de forma ininterrupta uma vez que sua interrupção ou descontinuidade pode acarretar em graves

prejuízos à saúde dos pacientes atendidos pelo SUS em âmbito municipal. Os laboratórios deverão cumprir as seguintes legislações e quaisquer outras atualizações realizadas pela ANVISA: Resolução RDC/ANVISA Nº. 302/2005; Resolução RDC/ANVISA Nº. 306/2004 e Resolução RDC/ANVISA Nº. 50/2002.

4. DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

4.1. Os procedimentos solicitados deverão atender a demanda de pacientes do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade e àqueles provenientes da Atenção Básica.

4.2. A Contratada deverá proceder com a entrega dos resultados no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir da data da entrega do material a ser examinado.

4.3. A Contratada não poderá optar pela realização de alguns serviços em detrimento de outros, devendo se comprometer a realizar todos os procedimentos arrolados no presente instrumento.

4.4. Os serviços serão prestados somente por meio de autorização dos profissionais habilitados e devidamente cadastrados na Unidade solicitante bem como na quantidade prescrita por estes.

4.5. A cotação de preços deverá incluir as despesas com transporte, fornecimento de lâminas, recipiente com solução para acondicionamento do material coletado, bem como sua reposição, recolhimento do material coletado e entrega dos respectivos resultados semanalmente no Hospital Municipal Raul Sertã, no laboratório de Anatomia Patológica, sendo certo que o dia para recolhimento do material fica a critério da coordenação do setor.

4.6. As cópias de laudos, blocos histológicos e as lâminas deverão ser mantidos em arquivo no laboratório.

4.7. A Contratada não poderá cobrar do Município pelos serviços não realizados.

4.8. A Contratada deverá, ainda, considerar todas as Resoluções da ANVISA nº 302/2005 e 306/2004 e 50/2002, que regulamentam o exercício dos serviços, objeto do presente.

4.9. É de responsabilidade da CONTRATADA o transporte, fornecimento de recipientes para acondicionamento do material coletado; formol para preservação das peças assim que retiradas do Centro Cirúrgico do HMRS e Hospital Maternidade, bem como sua reposição durante todo o contrato de prestação de serviço, caixas para acondicionamento correto do material biológico para transporte e recolhimento do material coletado e entrega dos respectivos resultados semanalmente no Hospital Municipal Raul Sertã no laboratório de Anatomia Patológica. O dia para recolhimento do material fica a critério da Coordenação do Setor.

4.10. Os resultados dos exames deverão ser disponibilizados ao paciente tanto via eletrônica, no site da CONTRATADA, quanto na forma impressa, em envelope lacrado, com a logomarca do prestador do serviço e do município, assim como a folha do laudo, que deverá ser entregue pela CONTRATADA ao Hospital Municipal Raul sertã, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

4.11. O Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra são hospitais de emergência, sendo assim a empresa contratada deverá atender as solicitações e liberações de laudos em caráter de emergência toda vez que for solicitada pela coordenação do setor a pedido do médico responsável pelo paciente, sendo o prazo de urgência para liberação de casos graves em torno de 7 dias, prazo para preparo do material biológico e liberação pelo médico patologista.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada no cumprimento do objeto, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

5.2. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.

5.3. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

5.4. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações do Termo de Referência.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cumprir todas as exigências e obrigações constantes neste Termo de Referência.

6.2. O laboratório contratado deverá observar e cumprir as legislações e quaisquer outras atualizações realizadas pela ANVISA.

6.3. É de inteira responsabilidade da Contratada o fornecimento de recipiente para coleta de exames, recipiente com solução para acondicionamento do exame, conteúdo conservante, medicamentos e outros materiais inerentes à análise laboratorial, sem ônus para a contratante.

6.4. É de responsabilidade da CONTRATADA a emissão de todas as segundas vias emitidas de resultados de exames, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

6.5. É de responsabilidade da CONTRATADA guardar os documentos (requisições) bem como manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento, ou acesso em decorrência da execução dos serviços.

6.6. A CONTRATADA deverá manter arquivo do resultado dos exames por, no mínimo 05 (cinco) anos, sem prejuízo das regras gerais de controle e avaliação referentes à comprovação da prestação dos serviços, ressalvados os prazos diferenciados previstos em Lei.

6.7. As cópias dos laudos, blocos histológicos e as lâminas deverão ser mantidos no arquivo do laboratório de Patologia que realizou o exame, respeitando para tanto, os prazos e normas estabelecidos na legislação vigente (RESOLUÇÃO CFM nº 2074/2014).

6.8. Deve ser garantido ao paciente ou a seu representante legal a retirada de blocos histológicos e lâminas de seus exames quando assim o desejarem, cabendo à instituição responsável pela guarda, a elaboração do documento de entrega, a ser assinado pelo requisitante, o qual deverá ser arquivado junto ao respectivo laudo (RESOLUÇÃO CFM nº 2074/2014). O envio do material deverá ser por conta da CONTRATADA, imediatamente quando solicitada pela contratante.

6.9. Disponibilização da comprovação de manutenção preventiva periódica e corretiva dos equipamentos.

6.10. Os laudos deverão ser emitidos conforme RDC/ANVISA nº 302/2005, devendo a contratada proceder com a coleta e reprocessamento do material, quando requerida pelo profissional solicitante, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

6.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, garantindo o mesmo padrão de acesso/recepção aos serviços disponibilizados, não discriminando o usuário do SUS em detrimento dos clientes particulares ou de planos de saúde.

6.12. Não permitir a participação de funcionários não qualificados no exercício da profissão para executar os serviços contratados.

6.13. Manter em perfeito estado de asseio e limpeza e conservação as áreas de trabalho, as instalações e os materiais utilizados na prestação de serviços, empregando-se preparações e produtos que atendam às normas técnicas de saúde vigentes.

6.14. Apresentar certificado anual de participação em Programa nacional de Controle de Qualidade, com classificação máxima de desempenho (excelência), expedido por empresa certificada pela ANVISA.

6.15. Ter um programa de controle médico de saúde ocupacional, com avaliação anual.

6.16. Executar os serviços conforme proposto pela CONTRATANTE durante o prazo de vigência do contrato, respeitando suas cláusulas.

6.17. Responder por erro de qualquer natureza relacionado aos métodos utilizados e resultados dos exames, seja na esfera administrativa, civil ou penal.

6.18. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados decorrentes do cumprimento das obrigações constantes no presente instrumento.

6.19. Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde de Nova

Friburgo, em qualquer tempo e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos.

6.20. A CONTRATADA deverá possuir um sistema informatizado visando à emissão dos resultados dos exames para os munícipes, bem como a integração com sistema de gestão de saúde utilizado pelo município de Nova Friburgo.

6.21. É responsabilidade da Contratada o transporte e descarte adequado do material coletado, seguindo as orientações da RDC 302/05 e 306/04 – ANVISA, sendo considerada falta grave o extravio ou perda do mesmo.

6.22. A Contratada não poderá optar pela realização de alguns serviços em detrimento de outros, devendo se comprometer a realizar todos os serviços prestados no contrato.

6.23. Manter atualizadas as informações no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde), de acordo com o necessário para a prestação dos serviços contratados.

6.24. Respeitar o sigilo absoluto, não podendo divulgar cadastros e arquivos referentes às unidades públicas, profissionais da rede municipal de saúde e usuários do SUS aos quais tiver acesso.

6.25. Arcar com o ônus decorrente da incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam advir dos serviços contratados, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições competentes, com total isenção do Município.

6.26. Fazer cumprir as normas disciplinares e de segurança, exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, sindicais e securitárias, relativamente aos empregados envolvidos na execução dos serviços, inclusive as determinações emanadas da fiscalização do Município, fazendo prova de recolhimentos devidos.

6.27. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade complementar exercido pelo Município sobre a execução do objeto deste Termo, a Contratada reconhece a prerrogativa de controle e auditoria, nos termos da legislação vigente, pelos órgãos gestores do SUS.

6.28. Comunicar ao Município, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que



venha intervir na prestação dos serviços.

6.29. Responsabilizar-se pela indenização de dano causado à pacientes, órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas pela empresa, empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à Credenciada o direito de regresso.

6.30. A Contratada deverá arcar com todas as despesas referentes à vale-transporte, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos que incluem EPI, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais.

6.31. A disponibilização de todos os equipamentos e insumos necessários à perfeita execução do objeto ficará a cargo da empresa ou instituição credenciada, sem qualquer ônus para este Município, observando-se as normas legais pertinentes.

7. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

7.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informados (as):

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
DIANA ROQUE ECARD	063.230	GESTORA TITULAR
GILMARA GUIMARÃES DE SOUZA	063.343	GESTORA SUBSTITUTA
ANTÔNIO CARLOS SANT'ANA	207.630	SUPERIOR IMEDIATO
AMANDA OLIVEIRA GUIMARÃES QUIMA	063.295	FISCAL TITULAR
ANA CRISTINA DOS SANTOS MARTINS	207.631	FISCAL SUBSTITUTA

7.3 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou

defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

7.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. DO INÍCIO E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O serviço deverá ser iniciado em até 05 (cinco) dias a partir da publicação no Diário Oficial do Município do Extrato do instrumento contratual.

8.2. A prestação dos serviços se dará no endereço da Contratada, com o recolhimento do material biológico e entrega dos respectivos resultados semanalmente no Laboratório de Anatomia Patológica do Hospital Municipal Raul Sertão, localizado na Rua General Osório, nº 324, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.625-630.

9. DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

9.1. A Contratada deverá apresentar, mensalmente, a fatura constando os serviços prestados e outros documentos, de acordo com as solicitações das Unidades Requisitantes.

9.2. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, e suas modificações definidas no Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 9.2.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 9.2.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 9.2.3. FGTS;
- 9.2.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 9.2.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 9.2.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

9.3. Deverão constar nos documentos fiscais o número do Processo e o número do Empenho, bem como informações bancárias da Contratada (Banco, Agência, Conta-Corrente), sem os quais os pagamentos ficarão retidos por falta de informação fundamental.

9.4. A Contratada deverá apresentar, junto ao documento fiscal, na fase de recebimento provisório e definitivo dos serviços os seguintes documentos:

I – apresentação de documento comprobatório do recolhimento mensal do INSS e do FGTS a cargo da empresa contratada, gerado pelo SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP; Guia de Recolhimento do FGTS - GRF ou documento equivalente), de acordo com a legislação e os padrões estabelecidos pela Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal;

II - apresentação de relação nominal dos empregados designados para execução dos serviços, com CPF, cargo, valor do salário mensal, carga horária mensal trabalhada, período trabalhado, valor pago do INSS e do FGTS, Número de Identificação do Trabalhador - NIT, entre outras informações que se fizerem necessárias à verificação do efetivo e tempestivo controle do recolhimento, pela contratada, dos encargos trabalhistas e previdenciários (FGTS e INSS) relacionados aos pagamentos de salários dos trabalhadores alocados no contrato;

9.5. Ao Município reserva-se o direito de descontar dos pagamentos devidos os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de

cláusulas contratuais.

9.6. Se forem constatados erros no Documento Fiscal, os prazos serão suspensos até a apresentação do documento corrigido.

10. VIGÊNCIA

10.1. O processo administrativo terá vigência de 12 (doze) meses contados da publicação do primeiro instrumento contratual.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificados a seguir:

11.1.1. Elemento de despesa: 33.90.39.60;

11.1.2. Fonte de recurso: 1600 – SUS;

11.1.3. Programa de Trabalho: 30001.10.302.0085.2.202;
30001.10.302.0085.2.203;

11.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

13.2. Comete infração administrativa:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

13.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.4. Pela inexecução total ou parcial da obrigação poderá a Administração, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

13.4.1. Advertência;

13.4.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas ;

13.4.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

13.4.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

13.4.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

13.4.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.4.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

13.4.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

13.4.9. As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

13.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14. DA RESCISÃO

14.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

14.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

14.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

14.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

14.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

15. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

15.1. Não poderão participar do referido procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

15.1.1. As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

15.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

15.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

16. DA LIQUIDAÇÃO

16.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

17. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços constante na IN – 5/2017 – Modelo Anexo VII-D.

Nova Friburgo/RJ, 14 de julho de 2023.

Termo de Referência elaborado por:

Diana Roque Ecard
Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Matrícula 063.230

Ratifico o teor do presente Termo de Referência nos termos da Lei Federal 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137